

Novo Ato; Congresso em recesso

“Estado” é apreendido

Do Serviço Local, das Sucursais e dos correspondentes

Em reunião mantida ontem com diretores de jornais, rádios e televisões, o general Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa, comandante do II Exército, referiu-se ao que qualificou de “incidente com o jornal ‘O Estado de S. Paulo’, cuja edição — e a do ‘Jornal da Tarde’ — foram parcialmente apreendidas na madrugada e na tarde de ontem, por agentes da Polícia Federal.

Informou o chefe do Setor de Relações Públicas do II Exército, coronel José do Amaral Cardozo, que foi quem transmitiu à imprensa as declarações do general Lisboa, que fez afirmar que, se tivesse sido consultado, “a priori”, teria liberado o editorial “Instituições em Frangalhos”, motivo da apreensão. Disse que assim o fez porque, embora fazendo “restrições a certas passagens do texto, não via nele ponto algum que colocasse em perigo a tranquilidade pública e a segurança”.

Por outro lado, o general Silvio Correia de Andrade, delegado regional da Polícia Federal em São Paulo, afirmou que a responsabilidade do ato de apreensão era toda sua e das autoridades superiores em Brasília, esclarecendo que assim o fizera porque o editorial em questão “ficava dentro da linha de contribuição para a segurança dos ânimos e não podia ser publicado”. Como, em seguida, o “Jornal da Tarde” era “impresso” nas mesmas condições, “nas mesmas condições”, não houve apreensão, porque, da forma idêntica, seus diretores se recusaram a liberar os textos considerados “mais exaltados”.

Contra a auto-censura

O dr. Julio de Mesquita Neto, em reunião que manteve à tarde com o governador Abreu Sodré e o general Silvio Correia de Andrade, no Palácio dos Bandeirantes, onde compareceu a convite do governador, tendo em vista estar diante de um fato consumado e a dificuldade de discutir sobre quais as notícias e pronunciamentos que poderiam ser considerados atentatórios à segurança nacional, declarou que competia ao Departamento de Polícia Federal em São Paulo o exercício da censura, uma vez que “O Estado” não poderia se auto-censurar.

A noite, compareceram a jantar suas famílias no reduto desta folha.

Entrevista

Faltando à imprensa, o dr. Julio de Mesquita Neto disse que na conversa mantida às 5 horas de ontem com o general Silvio Correia de Andrade, então lhe garantiu que o jornal “O Estado de S. Paulo” poderia continuar se editando “Instituições em Frangalhos” fosse substituído por outro que não contivesse e derivasse do governo na Câmara. Explicou o militar que estava recebendo ordens do general Cupertino de Almeida, chefe do Estado-Maior, inclusive, que “O Estado” era o único órgão de imprensa a comandar a censura do governo em editorial. O dr. Julio de Mesquita Neto lembrou ao general que, com a apreensão, a atuação punitiva, já que os leitores certamente telefonaram para a redação e exigiram informações do fato e do seu motivo.



Deputados reúnem-se no gabinete do presidente da Câmara para ouvir a leitura do Ato

Apreensão dos jornais é censurada pela ABI

Das Sucursais e dos correspondentes

O sr. Danton Jobim, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, declarou ontem que a apreensão das edições de “O Estado de S. Paulo”, “Jornal da Tarde” e “O Paiz” constituía ato de violência injustificável, “inclusive porque as edições desses jornais em nada podiam ser consideradas como fatores de subversão ou de perturbação da ordem pública em face dos últimos acontecimentos”.

Cassação de mandatos

O jornal carioca anunciava — e atribua a informação a chefes militares — a implantação de uma Ala Institucional e a cassação do mandato de quarenta parlamentares, tanto da ARENA, como do MDB, por adotarem posição contrária à política governamental.

A principal causa da medida tomada contra “O Paiz” foi a manchete da primeira página, que dizia: “Nô na Câmara” (alusão ao caso Mello); “Nô na Justiça” (alusão ao caso Windim); “Nô no Superior” (alusão ao caso do pai); “Governo vai dar o troco”. E logo abaixo publicava uma fotografia, vendendo um canar militar, com a seguinte legenda: “Eis o nosso canar de hoje”.

A apreensão foi feita por agentes da DOPS e do Departamento de Polícia Federal, que visitaram ainda as redações de “Correio da Manhã” e da “Última Hora”, nada encontrando ali que justificasse a mesma providência. A Polícia proibiu também que os jornais do Rio fossem distribuídos em Niterói, através de controle das barcas.

A redação do “Correio” foi visitada à 1 hora da manhã, por dois cavalheiros, que se diziam carcereiros e pediam para ler os originais das matérias. Como não obtiveram permissão para isso, liberaram-se. Os diretores do matutino, por medida de precaução, trancaram a porta da redação, enquanto chegavam à rua reformos policiais, que cercaram o quarteirão. Os exemplares que iam saindo da redação foram apreendidos. Às 4 horas da madrugada foi dada ordem de liberação, sendo a tiragem do jornal parcialmente devolvida.

Quase a mesma coisa aconteceu na “Última Hora”, onde os carcereiros examinaram o próprio jornal, que estava sendo rodado, liberando a edição.

Apreensão

Um terceiro grupo de carcereiros compareceu às 8 horas à redação do “O Paiz”, que cir-

cula à tarde, proibindo-o de sair devido às manchetes e notícias publicadas. Uma camioneta que conseguiu furar o bloqueio policial foi apreendida logo depois e os exemplares recolhidos. A operação foi chefiada pelo inspetor Mario Borges, da DOPS.

Censura prévia

O “Correio Brasileiro”, único jornal editado na Capital de República, circulou ontem normalmente, porém sob censura prévia. A censura obrigou o diário a suprimir o noticiário alusivo ao deputado Marcelo Moreira Alves, já estava composto e paginado todo o noticiário, que ocuparia 500 cm de coluna de 17 horas, depois que os autos da emissora de televisão pertencente à cadeia “Associação”.

Também em Goiás

Dois dos jornais diários de Goiânia, “O Popular” e a “Tribuna de Goiás”, tiveram suas edições totalmente apreendidas pela Polícia Federal, inclusive o diário da noite, “Folha de Goiás”, depois de haver informado o seu noticiário referente à situação nacional. O “Popular” foi liberado por volta de 17 horas, depois que seus diretores se prontificaram a “amenizar” o noticiário da crise.

As estações de rádio e televisão também se encontraram sob censura, tendo sido proibido à imprensa que se abastecesse de divulgar notícias que pudessem gerar complicações políticas.

Deputado comenta

O deputado Eriberto Franco, da ARENA potiguar, comentou da tribuna a imposição da censura aos jornais, sustentando que não foi o governo que atacou a liberdade de imprensa, mas sim aqueles que se opõem à liberdade, inventando-se em apressada, para cometer este crime diante da democracia.

O parlamentar lembrou o fechamento da Legislativa em 1977, após sucessos fulcres em suas prerrogativas de Poder independente.

ABI protesta

A ABI enviou ontem, ao ministro Gama e Silva, uma nota de protesto contra “os atos de censura prévia praticados nas redações, por policiais, em manifestos desrespeitando a Constituição da República”. O documento expõe a estrebança da entidade “por não ter sido considerada como uma entidade que tem conexões com o livre circulação dos jornais em várias cidades do País”.

CONTEL

A única autoridade de CONTEL que se achava no escritório do Rio, o militar Sallusti, responsável pelo Setor de Segurança e Informação, explicou de dar quaisquer informações sobre a situação do Conselho junto às emissoras de rádio e televisão.

Das sucursais

Por Ato Institucional e Complementar baixados ontem, o marechal Costa e Silva reinvestiu-se dos poderes excepcionais detidos até a promulgação da Constituição pelo presidente da República e determinou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. O Ato Institucional n.º 5 suspende as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e do “habeas corpus”; assume o poder de intervir nos Estados e nos Municípios, cassar mandatos e suspender direitos políticos por dez anos; o de confiscar bens ilícitamente adquiridos no exercício da função pública, o de decretar o estado de sítio sem audiência do Congresso, o de demitir ou reformar oficiais das Forças Armadas e das Polícias Militares e o de promulgar decretos-leis e Ato Complementares destinados a garantir a continuidade da Revolução.

É a conclusão

O presidente da Câmara dos Deputados, sr. José Bonifácio, declarou, após ouvir a leitura do Ato Institucional e do Ato Complementar: “Obedecendo ao novo regime, declaro que nossa missão está encerrada”.

Antes, declarou que o Brasil saia do Estado de Direito para entrar no de fato. Esse episódio, acrescentou, não é novo na vida política e parlamentar do Brasil e na de outros povos do Ocidente. Ele resulta de crises profundas, de dificuldades do governo e de mal-estar do povo.

“Não é o momento de examinar o Ato — aduziu. Mas é a hora de manifestar a esperança de que crises como esta sejam resolvidas uma vez mais, para propiciar o desenvolvimento do povo”. Acentuou que duas coisas jamais devem ser esquecidas, porque são perenes: as eleições e os eleitores que neste País têm sido tradição.

Formulou, ainda, uma prece a Deus para que o Brasil se transforme na grande e poderosa nação a que faz jus pelo valor de seus filhos e por sua posição na História.

AS REUNIÕES

O presidente Costa e Silva esteve reunido na manhã de ontem no Palácio das Laranjeiras com os ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Justiça, Transportes, Interior, Fazenda e Saúde. Estiveram presentes também o general Portella, chefe da Casa Militar, e Garastazu Medici, chefe do SNI. À tarde, o presidente da República presidiu a reunião do Conselho de Segurança Nacional. Nenhuma informação foi prestada à imprensa, impedida de se locomover dentro do Palácio.

As detenções

Mesmo antes de o Ato Institucional ter sido dado ao conhecimento público, pela “Hora do Brasil” (por volta das 23 horas), já algumas prisões começavam a ser efetuadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Na Guanabara foram presos Tenório Cavalcanti, Darcy Ribeiro, o general R/1 Salvador Mandim e Ciro Kurtz, deputados estaduais, e o jornalista Joel Silveira; em São Paulo, o deputado Hélio Navarro, que foi conduzido ao DPF para prestar depoimento.

A noite, depois da leitura do Ato — a qual foi esperada desde as 20 horas — novas detenções foram efetuadas. O sr. Juscelino Kubitschek foi preso no Teatro Municipal e conduzido à Vila Militar; os jornalistas Oswaldo Peralva e Francisco Pinto, detidos quando elementos do DOPS invadiram o “Correio da Manhã”; o jornalista Hélio Fernandes, na redação da “Tribuna da Imprensa”. Também foi preso o deputado Rafael de Almeida Magalhães.

Nota de Sodré

O Palácio Bandeirantes distribuiu ontem à noite a seguinte nota oficial:

“O governador Abreu Sodré recebeu ontem, em audiência especial, o comandante do II Exército, general Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa; o comandante do 6.º Distrito Naval, almirante Hélio Ramos de Azevedo Leite; o comandante da 4.ª Zona Aérea, brigadeiro José Vaz da Silva; o comandante da 2.ª Divisão de Infantaria, general Aluísio Guedes Pereira; o ex-comandante daquela mesma unidade, general-de-divisão Jólí Maximiano Olivier Filho, e o comandante do Parque da Aeronáutica, major-brigadeiro Agemar da Rocha Santos, que, com esta visita, quiseram reiterar o perfeito entendimento que vem presidindo as relações entre o governo paulista e os comandos militares de São Paulo.

“Agradecendo os dignificantes propósitos da honrosa visita, o governador Abreu Sodré reafirmou que estará sempre ao lado daqueles que defendem os mais altos interesses da Nação, como esteve em 31 de março de 1964”.

46 páginas

e mais o Suplemento Literário

Editoriais	3
Súmulas	3
Políticas	4 e 5
Fato	6 e 7
Artes	7 e 8
Exterior	2, 8 e 10
Políticos	10
Local	12
Interior	13 e 14
Esportes	14 e 17
Turismo	17
Economia	18 e 19
Variedades	23
Classificados	24



Fuileiros exibem foto com arma fuzado na divisa da Guanabara com Estado do Rio